

NOTAS EXPLICATIVAS

EXPOSIÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CONTEXTO OPERACIONAL

Como podemos constatar a Lei 9.717/98, de 27 de novembro de 1998, proporcionou uma série de mudanças estruturais nos sistemas de previdência dos servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, sendo que um dos aspectos mais relevantes foi à consolidação da Emenda Constitucional nº20, estabelecendo um novo modelo previdenciário, com ênfase no caráter contributivo e na necessidade de equilíbrio financeiro e atuarial.

A Lei nº 5.343, de 01 de dezembro de 2021, dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social e dá outras providências. Autarquia municipal, com personalidade jurídica de direito público, de natureza social, de conformidade com a Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e as respectivas alterações a Lei federal nº 9.717 de 27 de novembro de 1998 e Portaria MTP nº 1.467/2022, que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos RPPS.

Dentro desta nova realidade, o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de São Roque – São Roque Prev, tem dentre outros, o objetivo de captação e formação de patrimônio de ativos financeiros, através da coparticipação entre seus entes patrocinadores e participantes, visando ao incremento das suas reservas técnicas; gerenciamento de seus recursos; análise e decisão dos requerimentos de benefícios previdenciários, pagamento da folha de pensionistas e inativos abrangidos por esta lei, bem como os demais benefícios previdenciários previstos.

A execução orçamentária referente ao exercício 2023 manteve-se em consonância com os dispositivos vigente, tais como: Leis nº 4.320 de 17 de março de 1.964, Lei nº 9.717 de novembro de 1998, que estatui normas gerais de direito financeiro, Portarias e Instruções da Secretaria do Tesouro Nacional e Portarias e Instruções Da Secretaria da Previdência Social, para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal, conforme podemos observar nas peças contábeis que acompanham o presente relatório de vistoria de contas.

Desta forma, seguem logo abaixo, as evoluções e demonstrações pertinentes à matéria em tela.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Nota 1 – A codificação correta das receitas é essencial para a gestão financeira transparente e em conformidade com as regulamentações governamentais. No contexto da Lei 4.320/64 e do Anexo II - Tabelas de Escrituração Contábil - Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), essa codificação segue princípios específicos para garantir a organização e a precisão no registro e na prestação de contas públicas.

A Lei 4.320/64 estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Um dos aspectos fundamentais dessa legislação é a classificação da receita pública, que é realizada de acordo com a natureza da entrada de recursos nos cofres públicos. Essa classificação obedece a uma estrutura padronizada que inclui categorias como receitas correntes e receitas de capital, subdivididas em diversas fontes.

A Anexo II - Tabelas de Escrituração Contábil - Auxiliares do TCESP complementa essa classificação, oferecendo um guia detalhado para a codificação das receitas públicas conforme as necessidades específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Nesse documento, cada tipo de receita é detalhado em categorias e subcategorias, permitindo uma identificação clara e uniforme das fontes de recursos.

Nota 2 - A receita e a despesa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de São Roque foram inicialmente previstas em R\$ 41.483.000,00. No entanto, o montante aprovado pelo Ente por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 5.571 de 22 de novembro de 2022 foi de R\$ 36.000.000,00.

A divergência entre os valores previstos e fixados em relação aos respectivos valores aprovados em Lei é de R\$ 5.483.000,00. Houve a necessidade de correção dos valores aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA), e essa correção foi realizada por meio do remanejamento dos saldos iniciais e suplementações das fichas de despesas necessárias, conforme estabelecido pela Lei nº 5.600 de 16 de fevereiro de 2023 e pelo Decreto nº 10.058 de 16 de fevereiro de 2023.

Nota 3 – A execução orçamentária da receita ocorreu da seguinte maneira: a receita prevista e aprovada em Lei no valor de R\$ 36.000.000,00 resultou em uma arrecadação efetiva de R\$ 54.109.677,81, representando um percentual 50,3% superior ao previsto. Esse resultado expressivo foi impulsionado principalmente pelo reconhecimento de receitas derivadas da rentabilidade das aplicações financeiras realizadas durante o exercício.

Já despesa orçamentária fixada e aprovada em Lei no valor de R\$ 29.600.000,00, e 6.400.000,00 destinado a reserva do RPPS, e o montante de R\$ 5.673.000,00 oriundos de suplementações por superávit financeiro, e em relação a despesa empenhada no valor de R\$ 34.647.399,56, houve uma economia de dotações no valor de R\$ 7.025.600,44.

O movimento da despesa assim se resume:

Despesa fixada	R\$ 36.000.000,00
Créditos Adicionais	R\$ 5.673.000,00
(-) Despesa Empenhada	R\$ 34.647.399,56
Diferença	R\$ 7.025.600,44

Em síntese da execução orçamentária, constatamos que o exercício de 2023 em análise apresentou um superávit orçamentário ou primário na execução no montante de R\$ 19.462.278,25.

Receita Arrecadada	R\$ 54.109.677,81
(-) Despesa Empenhada	R\$ 34.647.399,56
Superávit Primário	R\$ 19.462.278,25

O superávit primário refere-se ao resultado positivo obtido quando as receitas de um determinado setor econômico ou entidade pública são maiores do que suas despesas, excluindo-se o pagamento dos juros da dívida pública. Esse conceito é frequentemente utilizado para avaliar a capacidade da entidade de gerar recursos suficientes para cobrir seus custos operacionais e para reduzir sua dívida.

Portanto, quando se menciona um "superávit primário", geralmente se está destacando a capacidade de um determinado setor econômico ou instituição pública de gerar um

excesso de receitas em relação às suas despesas básicas, demonstrando um equilíbrio financeiro favorável.

BALANÇO FINANCEIRO

Nota 4 – As operações orçamentárias das receitas arrecadadas por fontes atingiram, no exercício de 2023, o montante de R\$ 54.109.677,81, e estão distribuídas por categorias econômicas da seguinte forma:

Receitas Orçamentárias	
Contribuições Sociais	R\$ 27.410.195,56
Indenizações e Restituições	R\$ 9.418,61
Receitas Correntes Diversas	R\$ 361.581,93
Rec. Valores Imobiliários	R\$ 20.181.576,45
Outros	R\$ 6.120.000,00
Total	R\$ 54.109.677,81

Contribuições Sociais – Constitui o somatório de receitas de Contribuições dos servidores para o Regime Próprio de Previdência Social, e Contribuições patronais para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), alocadas nas categorias econômicas do 12 e 72.

Essas receitas de contribuições sociais representam fontes de recursos destinadas a financiar os programas previdenciários e sociais, contribuindo para o equilíbrio e sustentabilidade dos sistemas de proteção social.

Indenizações e Restituições - registra o valor da arrecadação da receita com indenizações e restituições recebidos no exercício.

Receitas Correntes Diversas, conforme definido, abrangem os valores auferidos provenientes de diversas fontes de receita durante o exercício financeiro em questão. Inclui-se nesse registro o montante resultante das receitas recebidas a título de compensações previdenciárias, cujo valor totalizou R\$ 361.581,93.

Receitas de Valores Imobiliários - Receitas derivadas da rentabilidade das aplicações financeiras realizadas durante o exercício.

Outros – Receitas provenientes da Contribuição Previdenciária destinada à Amortização do Déficit Atuarial de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Nota 5 - As operações orçamentárias de despesa empenhadas e realizadas totalizaram o montante de R\$ 34.647.399,56, referentes ao exercício em questão, distribuídas nas seguintes classificações de despesas assim detalhadas:

Despesas Orçamentárias	
Pessoal e encargos	R\$ 34.166.953,57
Demais despesas correntes	R\$ 471.505,99
Investimentos	R\$ 8.940,00
Total	R\$ 34.647.399,56

Despesas com pessoal e encargos têm por natureza os pagamentos de benefícios previdenciários assim como aposentadorias, pensões e demais benefícios aprovados por lei, incluem-se também despesas com vencimentos e salários de servidores ativos e encargos sociais oriundo destes pagamentos.

As demais despesas correntes têm por natureza garantir o funcionamento do RPPS neste grupo de categorias econômicas estão vinculadas as despesas com contratações de serviços que são indispensáveis.

Os Investimentos evidenciam as aquisições de bens permanentes do RPPS durante o exercício de 2023.

Nota 6 - Houve, nesse exercício um superávit das operações financeiras de R\$ 54.030.961,48, conforme se demonstra a seguir:

Resultado da Execução	
Receita Orçamentária Arrecadada	R\$ 54.109.677,81
Rendimentos de Aplicações	R\$ 39.471.711,51
(-) Despesa Orçamentária	R\$ 34.647.399,56
(-) Desvalorização dos Investimentos	R\$ 4.903.028,28
Superávit Verificado	R\$ 54.030.961,48

Nota 7 - As disponibilidades líquidas de Caixa, Bancos e Investimentos, que foram transferidas do exercício anterior, totalizaram a importância de R\$ 417.592.384,84, em decorrência da gestão financeira e patrimonial do exercício, passaram a ser de R\$ 472.083.232,33 que se demonstra da seguinte forma:

Evolução da disponibilidade financeira	
Saldo início do exercício 01/2023 (Bancos e Investimentos)	R\$ 417.592.384,84
Receita Orçamentária	R\$ 54.109.677,81
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 0,00
Recebimentos Extras Orçamentários	R\$ 45.544.184,06
Total de ingressos	R\$ 517.246.246,71
Despesa Orçamentária	R\$ 34.647.399,56
Pagamentos Extra Orçamentário	R\$ 10.515.614,82
Saldo final exercício disponível em 12/2023 (Bancos e Investimentos)	R\$ 472.083.232,33
Total de dispêndios	R\$ 517.246.246,71

O saldo de Caixa e Bancos e Investimento, no valor de R\$ 472.083.232,33, coincide com os existentes, no grupo DISPONÍVEL do Balanço Patrimonial, conciliado com o extrato bancário, o que nos demonstra a sua exatidão.

DVP - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Nota 8 - Variação Patrimonial Aumentativa; Dentro deste demonstrativo estão evidenciadas as movimentações financeiras e patrimoniais que impactaram positivamente o resultado do São Roque Prev, como exemplo a entrada de receitas orçamentárias e as variações positivas dos investimentos, totalizam ao longo do exercício o montante no valor de R\$ 171.549.608,91. Montante esse composto por:

Contribuições Sociais - Receitas orçamentárias e intra-orçamentárias arrecadadas no exercício - R\$ 33.557.100,82.

- Grupo composto pelas contribuições dos servidores ativos, inativos, pensionistas, patronais e amortização do déficit atuarial.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras – Rendimento de aplicações financeiras marcadas na curva – R\$ 6.564.707,67.

- Grupo que evidencia o total de receita com pagamento de cupons de aplicações financeiras.

Reavaliação de Ativos - Rendimento de aplicações financeiras marcadas a mercado – R\$ 53.088.580,29.

- Grupos que evidenciam o total de rendimento de aplicações financeiras.

Ganhos com Incorporações de ativos - No valor de R\$ 8.996.461,09.

- Valores a receber decorrente de contribuições patronais não repassadas pelo Ente no exercício de 2023.

Reversão de Provisões - No valor de R\$ 68.971.758,50.

- Referente às reversões de Provisões, valores apurados para possível recebimento ou baixa de obrigações em longo prazo de acordo com o cálculo atuarial do exercício.

Diversas Var. Patrimoniais Aumentativas – No valor de R\$ 371.000,54.

- Grupo composto pelo recebimento das compensações previdenciárias entre o RGPS e RPPS, somados com as indenizações e restituições recebidas no exercício.

Nota 9 - Variações Patrimoniais Diminutivas; Dentro deste demonstrativo estão às variações diminutivas do patrimônio do RPPS que totalizam o montante de R\$ 227.128.211,52 como segue:

Remuneração de Pessoal e encargos – Pagamentos de servidores ativos do São Roque Prev e encargos sobre a folha de pagamento no valor de R\$ 589.698,09.

Aposentadorias e Reformas - No valor de R\$ 30.693.889,99.

Pensões - No valor de R\$ 2.884.115,62.

Uso de material de consumo - No valor de R\$ 4.388,19.

Prestação de serviços - No valor de R\$ 439.781,57.

Depreciação, Amortização e Exaustão - No valor de R\$ 7.151,76.

Juros e encargos de mora – Pagamento de juros e multa sobre encargos da folha de pagamento dos servidores ativos do São Roque Prev – R\$ 701,97.

Reavaliação, Red. a Valor Recuperável e Provisão para Perdas – Deságio de aplicações financeiras do exercício no valor de R\$ 4.903.028,28.

Desincorporação de Ativos – Baixa de direito a receber pelo motivo de recebimento da parcela de dezembro de 2022 referente a Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit Atuarial – RPPS, no valor de R\$ 354.236,57.

Constituição de provisões matemáticas – Referentes às constituições de provisões, valores apurados para possíveis pagamentos de obrigações em longo prazo de acordo com o cálculo atuarial do exercício de 2023, no valor de R\$ 187.213.341,76.

Nota 10 – A situação econômica do São Roque Prev no exercício de 2023 déficit econômico de R\$ 55.578.602,61, resultado este impulsionado pelo Cálculo Atuarial escriturado no exercício.

O Cálculo Atuarial é uma técnica específica para análise de risco. A Lei 9.717 de 1998 dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos (RPPS) nas três esferas governamentais. Esta Lei estabelece que os RPPS deverão ser organizados com base nas normas gerais de contabilidade e atuária, e deverão agir de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial. O Ministério da Previdência Social alterou a Portaria MPS 403/2008 dispondo sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos RPPS prevendo a obrigatoriedade do Cálculo Atuarial anual.

A avaliação atuarial é o estudo técnico no qual o atuário mensura os recursos (patrimônio) necessários para a cobertura dos benefícios oferecidos pelo Plano de Benefícios de cada RPPS. Esta avaliação é elaborada a partir de dados estatísticos como a população coberta pelo RPPS, a taxa de mortalidade, a taxa de sobrevivência após a aposentadoria, taxa de invalidez por doenças e por acidentes e o retorno esperado para os investimentos do Regime Próprio de Previdência

O déficit econômico do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é um problema sistêmico que afeta diversos entes públicos no Brasil. As projeções atuariais, que estimam o futuro das contas previdenciárias, indicam que esse déficit tende a se agravar se as medidas eficazes não forem tomadas.

BALANÇO PATRIMONIAL

Nota 11 – As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar nº 101/00, Portaria MTP 1467/2022 e alterações, as normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal, que estão definidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP). O MCASP é de observância obrigatória para todos os entes da Federação, está alinhado às diretrizes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP e às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - IPSAS, e encontra-se de acordo com a legislação aplicável a contabilidade no setor público brasileiro.

Para melhor esclarecimento dos elementos que compõem esse balanço, devemos examinar o relatório Anexo nº 14 – Balanço Patrimonial, que integra esta peça.

Nota 12 – Ativo, O ativo no Balanço do RPPS é um indicador fundamental da saúde financeira do regime e da sua capacidade de garantir a aposentadoria e pensões dos servidores públicos. A análise e gestão adequada do ativo são essenciais para a sustentabilidade do RPPS a longo prazo.

Ativo circulante, O ativo circulante no Balanço do RPPS é um indicador fundamental da saúde financeira do regime no curto prazo. A análise e gestão adequada do ativo

circulante são essenciais para garantir a liquidez, segurança dos recursos e a capacidade do RPPS de honrar seus compromissos imediatos.

O ativo circulante do São Roque Prev é composto pelas disponibilidades em poder da tesouraria, ou em forma de depósitos em bancos, de livre movimentação, como também, os investimentos e valores a receber, as quais para serem movimentadas obedecem a disposições legais, regulamentos ou contratos conforme detalhamento;

Caixa e equivalentes de caixa - R\$ 210.072,79

- Valor disponível em caixa/bancos e equivalente até o dia 31 de dezembro de 2023.

Créditos em curto prazo – R\$ 8.996.461,09

- Direito a receber decorrente de contribuições patronais não repassadas pelo Ente no exercício de 2023.

.

Investimentos e aplicações – R\$ 471.873.159,54

- Valor disponível em aplicações financeiras até o dia 31 de dezembro de 2023.

Ativo Não Circulante, este grupo representa os bens, créditos e valores que para serem movimentados ou alienados, dependem de autorização legislativa. Representa, também, a demonstração dos valores ativos da entidade autárquica, incorporados ao balanço geral do município por força da Lei.

Encontramos neste grupo os saldos das contas concernentes a:

Imobilizado no valor de - R\$ 40.267,20

- Composto pelo montante de R\$ 51.912,87, aquisição de bens e móveis, menos o valor de depreciação de R\$ 11.645,67 totalizando o saldo de bens e móveis de R\$ 40.267,20.

Nota 14 - Na contabilidade pública, o conceito de passivo se refere às obrigações financeiras ou compromissos assumidos por uma entidade governamental que exigirão

o pagamento de recursos no futuro, é importante para a contabilidade pública registrar e relatar esses passivos de forma precisa e transparente.

Passivo circulante o passivo circulante refere-se às obrigações financeiras de curto prazo que devem ser pagas dentro do período de um ano.

É essencial que os RPPS mantenham um registro preciso de seu passivo circulante, pois isso afeta diretamente sua capacidade de gerenciar fluxos de caixa e cumprir suas obrigações financeiras no curto prazo. O monitoramento cuidadoso do passivo circulante também é importante para garantir a sustentabilidade financeira do RPPS e o atendimento aos benefícios previdenciários de seus segurados.

O passivo circulante do São Roque Prev está detalhado da seguinte maneira:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias. E Assist. a Pagar em Curto Prazo - R\$ 6.394,57

- Este grupo representa os compromissos exigíveis de curto prazo de débitos de natureza tributária, cuja origem decorre do pagamento da folha de pessoal ativo, e sua movimentação depende de autorização orçamentária.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo – R\$ 266,04

- Este grupo representa os compromissos exigíveis de curto prazo de débitos de natureza financeira cuja movimentação depende de autorização orçamentária.

Demais Obrigações a Curto Prazo – R\$ 469.057,94

- Este grupo representa os compromissos exigíveis de curto prazo, cuja origem decorre da retenção de consignados, e sua movimentação independe de autorização orçamentária.

Passivo não Circulante, o passivo não circulante em um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) refere-se às obrigações financeiras de longo prazo que não serão liquidadas dentro do período de um ano.

O registro e a gestão adequados do passivo não circulante em um RPPS são fundamentais para garantir a sustentabilidade financeira do sistema de previdência e para cumprir suas obrigações de longo prazo com os beneficiários. Essas obrigações devem ser acompanhadas de perto para garantir que os recursos necessários estejam disponíveis quando necessário.

O passivo não circulante do São Roque Prev está detalhado da seguinte maneira:

Provisões á Longo Prazo – R\$ 494.959.230,70

- Este grupo representa o saldo das provisões Matemáticas Previdenciárias, conforme calculado atuarialmente e registrado durante o exercício.
- O cálculo atuarial é uma técnica utilizada em atuária, uma disciplina que envolve o estudo e análise de riscos financeiros, especialmente relacionados a custeio da previdência a longo prazo. O objetivo principal do cálculo atuarial é estimar e analisar os riscos financeiros associados a eventos futuros incertos, como a longevidade, morbidade e eventos de sinistros, a fim de determinar os pagamentos de benefícios, reservas e maneira mais adequada para garantir a sustentabilidade financeira do custeio da previdência.

Nota 15 – Patrimônio Líquido, o patrimônio líquido de um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é a diferença entre os ativos e os passivos da entidade em um determinado momento. Em outras palavras, é a medida da propriedade líquida ou o valor dos recursos financeiros que pertencem à entidade após a liquidação de todas as suas obrigações.

O patrimônio líquido é calculado subtraindo-se o passivo total do ativo total do RPPS. Se os ativos forem maiores do que os passivos, o resultado será um patrimônio líquido positivo. Isso significa que a entidade tem mais ativos do que obrigações e, portanto, tem uma posição financeira saudável.

Por outro lado, se os passivos forem maiores do que os ativos, o resultado será um patrimônio líquido negativo, o que indica que a entidade tem mais obrigações do que ativos. Isso pode ser uma indicação de insolvência ou dificuldades financeiras para cumprir suas obrigações.

O patrimônio líquido do São Roque Prev está detalhado da seguinte maneira:

- Resultados de exercícios anteriores - R\$ 41.263.613,98.
- Resultado de exercício atual – (R\$ 14.314.988,63).

Comparando-se a soma do passivo menos a soma do ativo do São Roque Prev, encontramos um excesso do passivo sobre o ativo no valor de R\$ R\$ 14.314.988,63 importância essa que se constitui o valor Patrimonial do exercício de 2023.

Finalizando, o exercício de 2023 encerrou-se com um resultado econômico no valor de - R\$ 14.314.988,63 conforme se demonstra a seguir:

Resultado do exercício	
Saldo Patrimonial do Exercício Atual	-R\$ 55.578.602,61
Saldo Patrimonial do Exercício Anterior	R\$ 41.263.613,98
Resultado Econômico verificado	-R\$ 14.314.988,63

O impacto negativo nas contas do São RoquePrev se dá em sua totalidade devido a escrituração da avaliação atuarial, sendo Cálculo Atuarial é uma técnica específica para análise de risco.

A Lei 9.717 de 1998 dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos (RPPS) nas três esferas governamentais. Esta Lei estabelece que os RPPS devam ser organizados com base nas normas gerais de contabilidade e atuária, e deverão agir de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial. O Ministério da Previdência Social alterou a Portaria MPS 403/2008 dispondo sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos RPPS prevendo a obrigatoriedade do Cálculo Atuarial anual.

A avaliação atuarial é o estudo técnico no qual o atuário mensura os recursos (patrimônio) necessários para a cobertura dos benefícios oferecidos pelo Plano de

Benefícios de cada RPPS. Esta avaliação é elaborada a partir de dados estatísticos como a população coberta pelo RPPS, a taxa de mortalidade, a taxa de sobrevivência após a aposentadoria, taxa de invalidez por doenças e por acidentes e o retorno esperado para os investimentos do Regime Próprio de Previdência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota 15 – A função básica dos RPPS no Brasil é a de fazer crescer o capital neles inseridos através das contribuições dos entes e/ou funcionários, para que no futuro este capital sendo bem aplicado, durante os vários exercícios e possa garantir os pagamentos de benefícios devidos aos contribuintes aposentados e pensionistas no futuro.

Partindo desta premissa, vimos que Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de São Roque – SP, obteve sucesso em seu exercício de 2023.

Desta forma entendemos que no exercício de 2023 o São Roque Prev, obteve êxito em sua administração financeira e contábil, cumprindo assim a missão de resguardar o patrimônio que servirá futuramente para cobrir as obrigações desta instituição para com seus segurados.

Procuramos no presente relatório de notas explicativas, retratar os principais aspectos da gestão contábil e financeira do exercício, ora encerrado com clareza e objetividade.

RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Nota 16 – Registra-se que no período de 01/01/2023 a 31/12/2023, a empresa Gcaspp Consultoria Ltda, com registro de CRC nº 2SP024990 foi a responsável técnica pelo sistema contábil do Instituto de Previdência do Município de São Roque.